

## CRISE DOS MERCADOS

# Autoridades americanas reiteram apoio ao Brasil

201

*Para o secretário do Tesouro, o País tem dado 'passos largos' nas reformas econômicas*

**PAULO SOTERO**

Correspondente

**W**ASHINGTON – O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, afirmou na quarta-feira à noite que o Brasil "é obviamente de enorme importância para os EUA" e que tem dado "passos largos" nas reformas econômicas. Rubin afirmou ainda que é favorável a que os EUA estendam crédito ao Brasil e frisou que a comunidade internacional tem papel importante na ajuda ao País. Rubin afirmou ainda, enfaticamente, que a política cambial dos EUA continua igual.

Perguntado sobre se os EUA continuavam a apoiar o dólar forte ante o iene, Rubin disse: "Nossa política cambial não mudou a respeito do dólar, ponto final."

O vice-secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, também reiterou o apoio do governo dos EUA ao Brasil em entrevista concedida ontem, após participar de seminário do instituto Cato, em Washington. Summers negou-se a oferecer detalhes sobre o pacote de ajuda financeira do Brasil, quando questionado sobre o assunto. "Como você sabe, os brasileiros estão em negociações ativas em relação a seus planos", disse Summers. "Como o presidente Clinton e o secretário Rubin já deixaram claro, os EUA, em trabalho com a comunidade internacional, querem muito oferecer seu apoio", acrescentou.

O diretor do departamento da Ásia e Pacífico do Fundo Monetário Internacional (FMI), Hubert Neiss, admitiu ontem que "há alguma mérito" na crítica feita contra a receita recessiva que a instituição usou para tentar conter o vendaval financeiro que devastou as economias da Coréia do Sul, da Indonésia, da Tailândia, a partir do ano passado, e desencadeou a crise global que hoje ameaça o Brasil e a

América Latina. "Com taxas de juros mais baixas, argumenta-se também que a política fiscal deveria ter sido mais expansionista no início do programa", disse Neiss, numa referência a críticas feitas ao FMI pelo economista-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz. "Essas propostas têm algum mérito", afirmou Neiss, falando numa conferência organizada no Cato Institute.

As declarações do alto-funcionário do FMI, que conduziu pessoalmente as negociações com os governos asiáticos, são a mais recente autocrítica pública que a instituição fez sobre seu desempenho na crise asiática. Elas podem ter efeitos contraditórios na negociação do apoio do FMI ao Brasil – a próxima operação em que a instituição se envolverá para tentar conter o contágio da crise. Por um lado, o reconhecimento de que o

Fundo errou a mão na Ásia dará mais espaço para os negociadores brasileiros convencerem os técnicos da organização sobre as medidas que eles, que estão com a mão na massa, consideram realistas e factíveis para assegurar a execução das metas de ajuste fiscal, já acertadas e anunciadas no início da semana.

Ao mesmo tempo, as declarações de Neiss podem criar falsas expectativas de que o FMI seria leniente no acordo com o Brasil e aumentar as dificuldades que o presidente Fernando Henrique Cardoso terá para negociar com o Congresso o apoio político para o programa econômico, na medida em que elas assinalam uma disposição de tornar mais flexível a receita de política fiscal e monetária que, no caso do acordo do Brasil com o FMI, só existe como meta. O reconhecimento de Neiss de que o Fundo deveria ter mudado sua receita na Ásia deriva da constatação tardia pelos técnicos do FMI de que o problema na Coréia do Sul, a Tailândia e a Indonésia não era fiscal, ape-

sar de seus sistemas econômicos corrompidos pelo clientelismo.

Não é o caso do Brasil. Como afirmam repetidamente os membros da equipe econômica do governo, a natureza do problema que amarra o País e o tornou especialmente vulnerável à crise global é essencialmente fiscal. E as autoridades brasileiras e os dirigentes do Fundo concordam num ponto: o sucesso do programa econômico e da reversão do contágio da crise dependerá do rigor com que forem executadas as metas fiscais.

A discussão reaberta por Neiss ocorre num momento crucial da negociação das medidas domésticas que permitirão o acordo com o FMI. O vice-diretor gerente da instituição, Stanley Fischer, adiantou ontem, numa conferência em Buenos Aires, que o FMI deverá entrar com cerca de US\$ 15 bilhões na linha de crédito que a comunidade financeira está montando em apoio ao programa de mudança estrutural do regime fiscal brasileiro.

O Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que também farão aportes importantes para essa linha de crédito, deverão calibrar sua participação para proteger os programas sociais que já apóiam no País e garantir sua continuidade, principalmente nas áreas de educação e saúde. Esses programas geralmente sofreram com as políticas de austeridade. Contrariado com o papel de caixa automática do sistema financeiro oficial a que o Bird foi reduzido nas fracassadas tentativas de conter a crise na Ásia, o presidente da instituição, James Wolfensohn, deixou claro há duas semanas, em sua última entrevista coletiva, que o Bird reafirmará sua missão tradicional de promotor do desenvolvimento na operação de apoio ao Brasil, aumentando sua contribuição para os programas na área social. (Com Agência Estado)

**ALTO  
FUNCIONÁRIO  
DO FMI ADMITE  
ERRO NA ÁSIA**